



Carta de apresentação das demonstrações financeiras individuais da Srm Bank Instituição de Pagamento S.A.

A Srm Bank Instituição de Pagamento S.A., inscrita no CNPJ sob nº 22.575.466/0001-58, situada no município de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509, para fins de atendimento ao disposto no § 3º do artigo 45º capítulo V da Resolução BCB nº2, de 12 de agosto de 2020 apresenta por meio desta carta as demonstrações financeiras individuais referente a data base 31 de dezembro de 2023, no qual compreendem as seguintes demonstrações:

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Demonstração do Resultado;
- ✓ Demonstração do Resultado Abrangente;
- ✓ Demonstração dos fluxos de caixa;
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido;
- ✓ Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras;
- ✓ Parecer do auditor independente;

Termo declaratório da alta administração

Os membros da diretoria da Srm Bank Instituição de Pagamento S.A, declaram que as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas em 19 de fevereiro de 2024.

Da Divulgação

As demonstrações financeiras da Srm Bank Instituição de Pagamento S.A. do período base de 31 de dezembro de 2023, foram divulgadas pela Companhia em 27 de março de 2024.

Srm Bank Instituição de Pagamento S.A

CNPJ: 22.575.466/0001-58

HENRIQUE LUIZ
GONZAGA:330794828
83

Assinado de forma digital por
HENRIQUE LUIZ
GONZAGA:33079482883
Dados: 2024.03.27 15:57:05 -03'00'

Henrique Luiz Gonzaga

Contador

CPF nº 330.794.828-83

CRC nº 1SP256056/O-0

SRM Bank Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (“BACEN”), a Administração da SRM Bank Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem como objeto a atividade de instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, tendo como os principais serviços o aporte ou saque de recursos mantido em conta de pagamento, execução ou facilitação da instrução de pagamento relacionada a serviço de pagamento, gestão de conta de pagamento, conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica (ou vice-versa), gestão de uso de moeda eletrônica, prestação de serviços de iniciação de transação de pagamento e outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento designadas pelo Banco Central do Brasil. A Companhia também tem como objeto a prestação de serviços de cobranças, informações cadastrais e consultoria de crédito.

Em 13 de dezembro de 2021, a SRM Bank Instituição de Pagamento S.A. obteve autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como instituição de pagamentos, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de pagamento pré-pago. Em decorrência da autorização, a partir desta data, a SRM Bank passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

No ano de 2023, a SRM Bank manteve a trajetória de crescimento no volume de negócios e um consequente desdobramento na ampliação dos saldos mantidos em contas de pagamento e nos serviços de cobrança e consultoria de crédito. Em julho de 2023 a Companhia passou a fazer parte do SPB com a entrada em produção de conta própria do Sistema de Transferências de Reservas (STR) do BACEN, e em conjunto com essa ação, foi também realizado um volume de investimentos em projetos e pessoas que possibilitasse a ampliação do leque de produtos e serviços para sua base de clientes e parceiros. Diante deste cenário, a Companhia apresentou um resultado negativo de R\$2.554 mil de lucro líquido e encerrou com um Patrimônio Líquido de R\$5.841 mil, valores que ficaram em linha com as projeções desenhadas para o período.

Os objetivos de médio e longo prazo se mantêm em sintonia com a estratégia do negócio em buscar e investir constantemente em inovação, tecnologia e desenvolvimento de novos serviços e soluções. Mantemos a atenção voltada para novas tecnologias, parcerias estratégicas e na constante evolução e transformações do mercado, considerando também a adesão aos futuros serviços integrantes da agenda do órgão regulador.

A Administração

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras...	04
Balanços patrimoniais.....	07
Demonstrações dos resultados	08
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

SRM Bank Instituição de Pagamento S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SRM Bank Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SRM Bank Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram o seu relatório datado em 31 de março de 2023, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

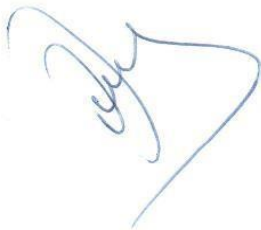
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024

Control Auditoria e Contabilidade EPP
CRC-2SP 023.880-O-7

Marcelino Vasconcelos Barroso



CRC 1SP205.606/O-9

SRM Bank Instituição de Pagamento S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	11	13	Obrigações com terceiros	11	70.070
Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários	5	1.959	7.587	Fornecedores	12	1.252
Títulos vinculados a saldos em contas pré pagas	6	70.406	58.943	Obrigações societárias	13	-
Contas a receber	8	513	561	Obrigações trabalhistas	14	343
Impostos a compensar	9	1.571	744	Obrigações tributárias	15	61
Ativo fiscal diferido	23	-	4			71.726
Partes Relacionadas	24	2.430	-			66.603
Outros ativos		161	1.682			
		77.051	69.534			
Não circulante				Patrimônio líquido		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	-	7.049	Capital social	16	8.200
Imobilizado	10	516	514	Ajuste de avaliação patrimonial	17	2
		516	7.563	Reservas legal	18	-
				Reservas de lucros		(2.361)
						5.841
						10.494
Total do ativo		77.567	77.097	Total do passivo e patrimônio líquido		77.567
						77.097

SRM Bank Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

		2º semestre	Exercícios	
	Nota	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Resultado de intermediação financeira	19			
Resultado de aplicações financeiras de interliquidez		171	380	458
Resultado com títulos e valores mobiliários		3.678	7.871	6.600
Resultado bruto de intermediação financeira		3.849	8.251	7.058
(Despesas) e Receitas operacionais		(7.190)	(10.393)	(2.230)
Receita líquida da prestação de serviços	20	11.998	21.073	15.336
Despesas gerais e administrativas	21	(9.915)	(16.001)	(4.180)
Despesas comerciais	21	(7.371)	(11.306)	(10.699)
Despesas com pessoal	22	(1.576)	(2.814)	(2.287)
Despesas tributárias		(188)	(379)	(344)
Outras receitas (despesas) líquidas		(138)	(966)	(56)
Resultado operacional		(3.341)	(2.142)	4.827
(Lucro) prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.341)	(2.142)	4.827
Imposto de renda e contribuição social	23	-	(408)	(979)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	(1)	(4)	4
Lucro do período		(3.342)	(2.554)	3.852
Resultado por ação/lucro por ação		(0,41)	(0,31)	0,47

SRM Bank Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>Exercícios</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Exercícios</u> <u>31/12/2022</u>
Lucro líquido / prejuízo do período	(3.342)	3.852
Outros resultados abrangentes	(4)	6
Resultado abrangente do período	(3.346)	3.858

SRM Bank Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro líquido do período	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		8.200	-	(641)	-	-	-	7.559
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	158	158
Destinação do lucro líquido								
Compensação de prejuízos acumulados		-	-	158	-	-	(158)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		8.200	-	(483)	-	-	0	7.717
Ajuste de avaliação patrimonial	17	-	6	-	-	-	-	6
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	3.852	3.852
Destinação do lucro líquido								
Juros sobre capital próprio pagos e propostos		-	-	-	-	-	(511)	(511)
Dividendos pagos/propostos		-	-	-	-	-	(570)	(570)
Compensação de prejuízos acumulados		-	-	483	-	-	(483)	(0)
Constituição da reserva legal		-	-	-	193	-	(193)	-
Constituição da reserva de lucros		-	-	-	-	2.095	(2.095)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		8.200	6	-	193	2.095	0	10.494
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	(2.554)	(2.554)
Destinação do lucro líquido								
Ajuste de avaliação patrimonial	17	-	(4)	-	-	-	-	(4)
Juros sobre capital próprio pagos e propostos		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos/propostos		-	-	-	-	(2.095)	-	(2.095)
Compensação de prejuízos acumulados		-	-	-	(193)	-	193	-
Constituição da reserva legal		-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.200	2	-	(0)	-	(2.361)	5.841

SRM Bank Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre 31/12/2023	Exercícios 31/12/2023	Exercícios 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro / prejuízo do período		(3.342)	(2.554)	3.852
Ajustes				
Imposto de renda e contribuição social	23	(408)	-	979
Despesa com depreciação	10	80	169	168
		(3.670)	(2.386)	5.000
Varição em ativos e passivos operacionais				
(Aumento)/Redução de títulos e valores mobiliários		(3.985)	5.624	(26.813)
(Aumento)/Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		8.065	7.049	(7.049)
(Aumento)/Redução de Créditos vinculados		(11.463)	(11.463)	0
(Aumento)/Redução de contas a receber		26	48	(69)
(Aumento)/Redução de impostos a recuperar		(415)	(827)	(178)
(Aumento)/Redução de outros ativos		1.631	1.521	665
(Aumento)/Redução Partes Relacionadas		(2.430)	(2.430)	
(Aumento)/Redução de obrigações com terceiros		12.469	4.540	29.755
(Aumento)/Redução de fornecedores		180	853	138
(Aumento)/ Redução de obrigações sociais e trabalhistas		(14)	2	179
(Aumento)/Redução de obrigações tributárias		83	15	(189)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		203	(129)	(647)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		680	2.417	792
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	10	(163)	(170)	(94)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(163)	(170)	(94)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre capital próprio		-	(154)	(357)
Dividendos pagos		(868)	(2.095)	(570)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de financiamento		(868)	(2.249)	(928)
		(351)	(2)	(231)
Fluxo de caixa e equivalentes de caixa				
No início do período		362	13	244
No final do período		11	11	13
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(351)	(2)	(231)

1. Contexto operacional

A SRM Bank Instituição de Pagamento S.A., (“SRM Bank” ou “Companhia”) está situada no Município de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509. A Companhia tem como objeto a atividade de instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, prestando serviços de aporte ou saque de recursos mantido em conta de pagamento, execução ou facilitação da instrução de pagamento relacionada a serviço de pagamento, gestão de conta de pagamento, emissão de instrumento de pagamento, execução de remessa de fundos, conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica (ou vice-versa), gestão de uso de moeda eletrônica, prestação de serviços de iniciação de transação de pagamento e outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento designadas pelo Banco Central do Brasil. A Companhia opera também com atividades de cobranças, informações cadastrais e consultoria de crédito e cobrança.

Em 13 de dezembro de 2021, a SRM Bank Instituição de Pagamento S.A. obteve autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como instituição de pagamentos, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de pagamento pré pago. Em decorrência da autorização, a partir desta data a SRM Bank passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Em 20 de julho de 2023 a Companhia teve sua razão social alterada passando de M18 Instituição de pagamento S.A para SRM BANK Instituição de pagamento S.A.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela administração da SRM Bank Instituição de Pagamento S.A. em 19 de fevereiro de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos que são classificados como “Títulos disponíveis para venda”, sendo as atualizações diárias pela curva do papel contabilizadas diretamente por meio do resultado e o ganho ou perda pela atualização do valor de mercado diretamente em conta do patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2. Caixas e equivalentes de caixa

Os saldos incluem depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso.

São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela comercialização no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, deduzidas da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (quando aplicável). A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.4. Títulos e valores mobiliários

Conforme circular BACEN nº 3.068 os títulos e valores mobiliários adquiridos por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito, agências de fomento e sociedades de crédito ao microempreendedor devem ser registrados pelo valor de custo e classificados da seguinte forma:

I - Títulos para negociação: devem ser registrados os valores com propósito de serem negociados com frequência e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente no resultado do exercício (receita/despesa).

II – Títulos disponíveis para venda: devem ser registrados os valores que não se enquadram na classificação de negociação ou mantidos até o vencimento e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente em conta destacada no patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários.

III – Títulos mantidos até o vencimento: devem ser registrados os títulos adquiridos com o intuito de manter em carteira até o respectivo vencimento.

3.5. Instrumentos financeiros derivativos

Entende-se por instrumentos financeiros derivativos aqueles cujo valor varia em decorrência de mudanças em taxa de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, ou qualquer outra variável similar específica, cujo investimento inicial seja inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato, e que sejam liquidados em data futura, conforme Circular Bacen nº 3082/02.

As operações com derivativos são avaliadas pelo valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

3.6. Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado, em conformidade a Resolução BCB nº 6/2020, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada através da vida útil do bem, conforma tabela a seguir:

Descrição	Vida útil estimada
Móveis e utensílio	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em “outras receitas operacionais” na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

3.7. Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros - (impairment)

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos internamente ao final de cada exercício para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Anualmente a SRM Bank avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de impairment pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período, exceto para ágio por expectativa de rentabilidade futura, onde a perda é considerada definitiva, sem possibilidade de reversões.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

3.9. Provisões para contingências – (ativos e passivos contingentes)

Provisões são reconhecidas quando a SRM Bank tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado do semestre.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução BCB nº 9/2020, descritos abaixo:

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes – essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.11. Apuração do resultado

As receitas e despesas das atividades fim são reconhecidas com observância do regime de competência, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

A receita operacional da instituição compreende prestação de serviços de consultoria, ademais, receitas de tarifas inerente curso das atividades da Companhia.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e;
- (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados via o regime do Lucro Real onde o imposto de renda é calculado pelas alíquotas regulares de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o resultado fiscal excedente à R\$ 240 no ano (R\$120 no semestre), e de 9% para a contribuição social.

A empresa optou em 2023 por seguir no regime de lucro real trimestral, no qual tem suas apurações recolhidas trimestralmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, está assim representado:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Bancos conta movimento	11	13
	<u>11</u>	<u>13</u>

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	31/12/2023			31/12/2022			
		Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento
Debentures	(i)	890	890	2025/2026	2.336	2.336	2023
Cotas de fundo de investimento multimercado	(ii)	348	348	n/a	-	-	n/a
Cotas de fundo de investimento renda fixa	(iii)	721	721	n/a	5.252	5.252	n/a
		<u>1.959</u>	<u>1.959</u>		<u>7.587</u>	<u>66.530</u>	

- (i) Debêntures classe Mezanino B remuneradas a taxa DI + 4,5% a.a. com vencimento em 15/12/2026 emitidas pela Trusthub Securitizadora S.A. (referentes a 2ª emissão), e debêntures da 3ª série com remuneração a taxa DI + 10% a.a. com vencimento em 15/04/2025 emitidas pela Trusthub Securitizadora S.A. (referentes a 1ª emissão).
- (ii) Valores aplicados em cotas no fundo SRM Exodus 5 FIC FIM de Crédito Privado administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e gerido por Nova S.R.M Administração de Recursos e Finanças S.A.. Em 2023 o resultado obtido foi de R\$26.
- (iii) Valores aplicados em cotas Mezanino B no fundo Exodus Institucional FIDC NP administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e gerido por Nova S.R.M Administração de Recursos e Finanças S.A., possui como característica renda fixa. O resultado obtido em 2023 foi de R\$801 (R\$803 em 2022).

6. Títulos vinculados a saldos em contas pré pagas

Descrição	31/12/2023			31/12/2022			
		Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento
Letras financeiras do tesouro - LFT	(i)	45.320	45.320	2024	18.479	18.479	2023
Notas do tesouro nacional - NTN	(ii)	-	-	-	40.463	40.463	2023
Títulos vinculados a saldos em contas pré pagas	(iii)	25.086	25.086	n/a	-	-	n/a
		<u>70.406</u>	<u>70.406</u>		<u>58.943</u>	<u>58.943</u>	

- (i) Os valores mantidos em Letras financeiras do tesouro – LFT são remunerados por percentuais fixos adicionados da SELIC. Os resultados obtidos em 2023 correspondem a R\$4.271 (sendo R\$2.656 referente ao segundo semestre de 2023).

- (ii) Os valores investidos em Notas do tesouro nacional – NTN possuem retornos atrelados a uma taxa fixa adicionada do IPCA. Os resultados obtidos em 2023 correspondem a R\$ 1.979 (sendo R\$88 referente ao segundo semestre de 2023).
- (iii) Valores mantidos em Conta Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME) mantida no Banco Central do Brasil, na forma da regulamentação vigente, com base nos saldos de moeda eletrônica mantidas em conta de pagamento pré-paga.

7. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se as aplicações em operações compromissadas representadas por títulos públicos. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão assim representadas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento
Operações compromissadas em títulos públicos	-	-	2024	7.049	7.049	2023
	-	-		7.049	7.049	

8. Contas a receber

O saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está assim constituído:

	30/12/2023	31/12/2022
Contas a receber		
Clientes nacionais	513	561
	513	561

O faturamento de serviços a receber em 31/12/2023 foram recebidos no mês posterior a emissão.

9. Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está assim constituído:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Impostos a compensar		
Saldo negativo de IRPJ	1.284	663
Saldo negativo de CSLL	-	81
Outros impostos a recuperar	287	-
Total	<u><u>1.571</u></u>	<u><u>744</u></u>

10. Imobilizado

O imobilizado da Companhia, é representado pelo quadro abaixo, considerando inclusive as seguintes movimentações findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Taxa de depreciação	Saldo líquido em 31/12/2022	Aquisições/baixas	Depreciação do exercício	Saldo líquido em 31/12/2023
Imobilizado					
Móveis e utensílios	10%	248	-	(72)	176
Máquinas e equipamentos	10%	141	-	(27)	114
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5%	-	69	-	69
Computadores e periféricos	20%	125	101	(70)	156
Saldo Imobilizado		<u><u>514</u></u>	<u><u>170</u></u>	<u><u>(169)</u></u>	<u><u>516</u></u>

	Taxa de depreciação	Saldo líquido em 31/12/2021	Aquisições/baixas	Depreciação do exercício	Saldo líquido em 31/12/2022
Imobilizado					
Móveis e utensílios	10%	320	-	(72)	248
Máquinas e equipamentos	10%	143	23	(25)	141
Computadores e periféricos	20%	125	71	(71)	125
Saldo Imobilizado		<u><u>588</u></u>	<u><u>94</u></u>	<u><u>(168)</u></u>	<u><u>514</u></u>

Imobilizado	Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2023
Móveis e utensílios	248	176
Máquinas e equipamentos	141	114
Computadores e periféricos	125	156
Benfeitorias em imóveis de terceiros	0	69
Saldo Imobilizado	<u><u>514</u></u>	<u><u>516</u></u>

11. Obrigações com terceiros

A conta de obrigações com terceiros é representada pelos recursos oriundos de liquidações de cobranças de títulos de terceiros (“Garantias”) e saldos em contas de pagamento pré-pagas (contas escrow e contas digitais). Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o saldo está assim composto:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigações com terceiros		
Recursos de terceiros	70.070	65.530
Total	<u>70.070</u>	<u>65.530</u>

12. Fornecedores

Os fornecedores, são representados por serviços de consultorias, serviços de tecnologia e despesas gerais e administrativas.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores		
Fornecedores nacionais	1.252	399
Total	<u>1.252</u>	<u>399</u>

13. Obrigações societárias

No primeiro semestre de 2023 a Companhia efetuou o pagamento dos juros sobre capital próprio aos seus acionistas provisionados no exercício de 2022 no montante de R\$154.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigações societárias		
Juros sobre capital próprio	-	154
Total	<u>-</u>	<u>154</u>

14. Obrigações trabalhistas e contingências

O saldo de obrigações trabalhistas está assim representado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigações trabalhistas		
Provisões e encargos	235	253
Encargos sociais	108	88
Total	<u><u>343</u></u>	<u><u>341</u></u>

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível.

Risco trabalhista:

A Companhia é polo passivo em processos de natureza trabalhista, onde os reclamantes pleiteiam o pagamento de verbas trabalhistas variadas, acompanhadas dos encargos sobre os montantes. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a companhia não possuía, com base na informação dos seus assessores jurídicos valores a serem provisionados com base em causa provável de perda. Adicionalmente, todos os casos, incluindo de causas possíveis no valor de R\$ 122 (2022 – R\$ 97) estão sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia.

Risco cível:

A Companhia é polo passivo em processos de natureza cível. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a companhia não possuía, com base na informação dos seus assessores jurídicos valores a serem provisionados com base em causa provável de perda. O total das contingências possíveis de perda em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 460 (2022 - R\$ 330). Adicionalmente, todos os casos estão sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia.

15. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias estão representadas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, desta forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigações tributárias		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	18
PIS e COFINS a recolher	(1)	100
Impostos sobre terceiros a recolher	36	33
Outros	26	28
Total	<u><u>61</u></u>	<u><u>179</u></u>

16. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 8.200 (R\$ 8.200 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 8.200.000 (oito milhões e duzentas mil) ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional, distribuído no formato a seguir:

Sócio	Ações	Valor	Percentual de participação
Salim Raphael Mansur	4.100.000	4.100	50%
Marcos Rafael Mansur	4.100.000	4.100	50%
Total	8.200.000	8.200	100%

a) Distribuição de lucros

O contrato social da SRM Bank não estabelece a obrigatoriedade de haver distribuição de lucros mínimos anuais. Os lucros apurados poderão ser distribuídos de forma desproporcional aos acionistas.

No período findo em 31 de dezembro de 2023 foi realizado a distribuição de lucro no montante de R\$2.095 (R\$570 em 2022).

b) Juros sobre capital próprio

Durante o exercício de 2022 a “SRM Bank” distribuiu juros sobre capital próprio aos seus acionistas no montante de R\$511. Os juros sobre capital próprio foram calculados aplicando a taxa TJLP sobre o patrimônio líquido e distribuído de forma proporcional à participação de cada acionista, já no ano de 2023 a empresa não realizou tal distribuição.

17. Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme item ii da NE5 a Companhia no decorrer do exercício de 2023 aplicou em Letras financeiras do tesouro (“LFT”) e Notas financeiras do tesouro (“NTN”). Tais investimentos são classificados como disponível para venda e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente em conta destacada no patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários. Logo, a atualização dos rendimentos obtidos é lançada por meio de resultado e a marcação a mercado ajustada diretamente em conta de patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de ajuste de avaliação patrimonial está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
Ajuste de avaliação patrimonial		
Letras financeiras do tesouro - LFT	2	2
Notas do tesouro nacional - NTN	-	2
Imposto diferido sobre ajustes	1	2
Total	2	6

18. Reserva legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de reserva legal de R\$193 constituído em exercícios anteriores foi utilizado para amortizar o prejuízo apurado no período findo em 31 de dezembro de 2023.

19. Resultado de intermediação financeira

O resultado obtido com intermediações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está assim representado:

Descrição	2º semestre 31/12/2023	Exercícios 2023	Exercícios 2022
Receitas financeiras			
Renda em operações compromissadas	171	380	458
Renda de notas do tesouro nacional - NTN	88	1.980	3.267
Renda de letras financeiras do tesouro - LFT	2.657	4.272	1.592
Renda de aplicação em fundos	359	865	1.282
Renda de aplicação em CDB	-	-	13
Renda moeda eletrônica (CCME)	513	513	-
Renda de aplicação em debêntures	61	241	446
	3.849	8.251	7.058
Despesas financeiras			
Perda de aplicação em fundos	-	-	-
	-	-	-
Resultado financeiro líquido	3.849	8.251	7.058

20. Receita líquida da prestação de serviços

A receita em administração de recebíveis e contas de pagamento está representada por administração de contas e gestão de garantias por meio de serviços prestados de cobrança de títulos de terceiros, majoritariamente de clientes de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC).

	<u>2º Semestre</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Exercícios</u> <u>2023</u>	<u>Exercícios</u> <u>2022</u>
Receita bruta da prestação de serviços			
Renda em administração de recebíveis e contas de pagamento	10.138	17.125	11.090
Consultoria de crédito	3.263	6.450	6.148
	13.400	23.575	17.237
(-) Impostos sobre serviços			
(-) ISS	(163)	(323)	(307)
(-) PIS	(221)	(389)	(284)
(-) COFINS	(1.018)	(1.792)	(1.310)
Total	(1.403)	(2.503)	(1.902)
Receita líquida prestação de serviços	11.998	21.072	15.336

21. Despesas gerais e administrativas e comerciais

	<u>2º Semestre</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Exercícios</u> <u>2023</u>	<u>Exercícios</u> <u>2022</u>
Despesas gerais e administrativas			
Serviços técnicos profissionais (i)	(6.713)	(10.396)	(2.037)
Outras despesas administrativas (ii)	(2.785)	(4.989)	(1.363)
Depreciações e amortizações	(80)	(169)	(168)
Assessoria jurídica	(337)	(447)	(612)
Total	(9.915)	(16.001)	(4.180)

- i. Os serviços técnicos profissionais são principalmente os serviços de consultorias e assessorias especializadas;
- ii. As outras despesas administrativas são representadas por despesas estruturais gerais, despesas de suporte, manutenção e licenças de softwares.

	<u>2º semestre</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Exercícios</u> <u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas comerciais			
Rebate	(7.371)	(11.306)	(10.699)
Total	(7.371)	(11.306)	(10.699)

- i. Referente ao contrato de rebate entre a Companhia com as empresas Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A. Tendo em vista o conhecimento da capacidade técnica da SRM Bank, a Nova SRM indica a Companhia para os seus clientes como opção para a prestação de serviços de cobrança dos títulos emitidos nas operações que seus clientes realizam com os FIDCs que estão sob sua gestão.

22. Despesas com pessoal

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercícios</u>	<u>Exercícios</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas com pessoal			
Proventos	(984)	(1.775)	(1.515)
Benefícios	(249)	(414)	(248)
Despesa com encargos sociais	(343)	(625)	(524)
Total	(1.576)	(2.814)	(2.287)

23. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	<u>Exercícios</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.142)	(943)	4.827
(-) Juros sobre capital próprio	-	-	(511)
Ajustes para demonstração da alíquota efetiva	-	-	-
Adições e exclusões temporárias e permanentes	200	318	(102)
Resultado fiscal	(1.942)	(625)	4.214
(-) crédito com prejuízo fiscal anos anteriores	(82)	(163)	(1.264)
(=) Base de cálculo ajustada	(2.023)	(788)	2.950
Imposto de renda e contribuição social 1º semestre	-	-	-
Imposto de renda - 15%	-	(185)	(713)
Imposto de renda 10% adicional	-	(111)	-
Contribuição social - 9%	-	(111)	(265)
Total	-	(408)	(979)

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>Saldo em</u>	<u>Adições</u>	<u>Realização /</u>	<u>Saldo em</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u></u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	4	-	(4)	-
Total ativo fiscal diferido	4	-	(4)	-

c) Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

	Saldo em 31/12/2022	Realização em 2023
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal	-	-
Ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	4	(4)
	4	(4)

24. Transações com partes relacionadas

O saldo do ativo com partes relacionadas é oriundo de contratos de mútuos, no qual o saldo em 31 de dezembro de 2023 está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
Outros ativos		
Nova S.R.M. Administração de Recursos Financeiros S.A.	(1.573)	(1.573)
Sócios	(857)	-
Total	(2.430)	(1.573)

	1º Semestre 30/06/2023	2º Semestre 31/12/2023	Exercícios	
			31/12/2023	31/12/2022
Resultado com Rebate				
Nova S.R.M. Administração de Recursos Financeiros S.A.	(4.336)	(6.968)	(11.304)	(7.047)
Trusthub Securitizadora S.A.		(1.154)	(1.154)	
Total	(4.336)	(8.122)	(12.458)	(7.047)

25. Gerenciamento de riscos

A seguir o entendimento da Administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, caso estes não cumpram com suas obrigações contratuais. A Administração entende que a Companhia não está diretamente exposta ao risco de crédito por não operar instrumentos de pagamento pós-pago, não conceder crédito e também não possuir histórico em tomar crédito com instituições financeiras e afins.

Risco de liquidez:

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do cliente.

A Administração por meio das políticas e processos internos realiza a gestão contínua de liquidez com uma abordagem de garantir liquidez suficiente para o cumprimento com todas as obrigações sob condições normais e anormais.

Risco de mercado:

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, influenciados pelas seguintes variáveis:

- variação nas taxas de câmbio;
- variação nos preços de ações;
- variação nas taxas de juros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que a Companhia não está exposta às variações nas taxas de câmbio e nos preços de ações porque em seus ativos e passivos não contém elementos vinculados a esses parâmetros.

26. Eventos subsequentes

A companhia realizou em 20 de julho de 2023 alteração de sua razão social conforme publicado na Assembleia Geral Extraordinária na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 07 de agosto de 2023, passando de M18 Instituição de Pagamento S.A para SRM Bank Instituição de Pagamento S.A, mantendo a mesma estruturação societária.

Salim Raphael Mansur
Administrador
CPF nº: 139.474.568-08

Henrique Luiz Gonzaga
Contador
CRC nº: 1SP256056/O-0
CPF nº: 330.794.828-83